

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I</b>	
<b>COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.....</b>	<b>5</b>
1.1. Origens do instituto .....	5
1.2. Conceito e natureza jurídica do compromisso de ajustamento .....	9
1.2.1. Conceito .....	9
1.2.2. Natureza jurídica .....	11
1.3. Formação do compromisso .....	16
1.3.1. Fase preliminar: a negociação .....	16
1.3.2. Proposta .....	17
1.3.3. Aceitação .....	18
1.3.4. Contraproposta .....	18
1.3.5. Dissenso .....	19
1.3.6. Celebração do compromisso .....	19
1.4. Existência do compromisso .....	19
1.4.1. Elementos essenciais .....	20
1.4.1.1. Forma .....	20
1.4.1.2. Partes .....	21
1.4.1.3. Objeto .....	25
1.4.1.3.1. Caracterização das espécies de obrigações .....	29
1.4.1.3.2. Hierarquia e cumulação de obrigações no compromisso de ajustamento .....	33
1.4.1.4. Causa .....	36
1.4.2. Elementos acidentais .....	36
1.4.2.1. Condição .....	37
1.4.2.2. Termo .....	37
1.4.2.3. Encargo .....	38
1.4.3. Elementos acessórios .....	39

1.4.3.1. Multa cominatória . . . . .	39
1.4.3.2. Cláusula penal . . . . .	46
1.4.3.3. Medidas cominatórias . . . . .	48
1.4.3.4. Advertências ao compromissário. . . . .	49
1.5. Validade do compromisso . . . . .	49
1.5.1. Forma prescrita ou não vedada. . . . .	51
1.5.2. Capacidade das partes. . . . .	52
1.5.3. Possibilidade e licitude do objeto . . . . .	54
1.5.4. Causa pressuposta. . . . .	57
1.6. Eficácia do compromisso. . . . .	57
1.6.1. Fatores de atribuição de eficácia em geral . . . . .	58
1.6.2. Fatores de atribuição de eficácia diretamente visada . . . . .	63
1.6.3. Fatores de atribuição de eficácia mais extensa. . . . .	64
1.6.4. Fatores de ineficácia superveniente . . . . .	65
1.6.5. Eficácia em relação às pessoas . . . . .	67
1.6.6. Eficácia em relação ao objeto . . . . .	71

## Capítulo II

### **EFEITO EXECUTIVO DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO. . . . . 75**

2.1. Compromisso de ajustamento: título executivo extrajudicial . . . . .	76
2.1.1. Procedimento na execução e defesa do executado . . . . .	76
2.2. Compromisso de ajustamento homologado judicialmente: título executivo judicial . . . . .	79
2.2.1. Procedimento da homologação. . . . .	79
2.2.2. Procedimento na execução e defesa do executado . . . . .	82

## Capítulo III

### **MEIOS DE EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES PREVISTAS NO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO . . . . . 87**

3.1. Meios coercitivos e sub-rogatórios . . . . .	87
3.2. Ausência de hierarquia entre coerção e sub-rogação. . . . .	89

3.3. Sucessão e cumulatividade dos meios coercitivos e sub-rogatórios	91
3.4. Medidas de apoio nominadas e inominadas	93
3.4.1. Medidas típicas ou nominadas	95
3.4.1.1. Multa cominatória	95
3.4.1.2. Busca e apreensão	100
3.4.1.3. Remoção de coisas	101
3.4.1.4. Remoção de pessoas	101
3.4.1.5. Desfazimento de obras	102
3.4.1.6. Impedimento de atividade nociva	102
3.4.1.7. Requisição de força policial	103
3.4.2. Medidas atípicas ou inominadas	103
3.4.2.1. Nomeação de fiscal, gestor ou interventor	105
3.4.2.2. Construção de bens e valores do devedor	111

## Capítulo IV

### PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO EM ESPÉCIE..... 116

4.1. Procedimento da execução das prestações de fazer	118
4.1.1. Execução específica das prestações de fazer	118
4.1.2. Deferimento da inicial, determinação do fazer, estipulação do prazo para cumprimento e fixação das cominações	120
4.1.3. Atitudes do executado depois da citação e do exequente depois da ação ou omissão do devedor	121
4.1.4. Execução por terceiro	123
4.1.5. Custeio da prestação e remuneração do terceiro	124
4.1.6. Controle do cumprimento da prestação	125
4.2. Procedimento das execuções das prestações de desfazer	126
4.2.1. Deferimento da inicial, determinação do desfazer, estipulação do prazo para cumprimento e fixação das cominações	127
4.2.2. Atitudes do executado depois da citação e do exequente depois da ação ou omissão do devedor	128
4.2.3. Manutenção excepcional dos efeitos materiais da transgressão da obrigação ou dever negativo	128

4.3. Procedimento das execuções das prestações de não fazer . . . . .	129
4.3.1. Execução específica das prestações de não fazer . . . . .	130
4.3.2. Deferimento da inicial, determinação do não fazer e fixação das cominações . . . . .	131
4.3.3. Atitudes do executado depois da citação e do exequente depois da ação ou omissão do devedor. . . . .	134
4.4. Procedimento das execuções de prestações de dar . . . . .	135
4.4.1. Execução específica das prestações de dar . . . . .	135
4.4.2. Deferimento da inicial, determinação para entregar, estipulação do prazo para cumprimento e fixação das cominações . . .	136
4.4.3. Atitudes do executado depois da citação e do exequente depois da ação ou omissão do devedor. . . . .	137
4.4.4. Frustração do meio executório do desapossamento . . . . .	138
4.5. Procedimento das execuções das prestações pecuniárias . . . . .	139
4.5.1. Execução específica . . . . .	139
4.5.2. Tipicidade dos meios executivos . . . . .	140
4.5.3. Meios para obter o cumprimento imediato da prestação pecuniária . . . . .	140
4.5.4. Deferimento da inicial e citação do executado. . . . .	141
4.5.5. Atitudes do executado depois da citação e do exequente em caso de não pagamento voluntário pelo devedor . . . . .	142
<b>CONCLUSÕES. . . . .</b>	<b>145</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS . . . . .</b>	<b>152</b>

## Apêndice

<b>MODELOS DE PETIÇÕES INICIAIS E MANIFESTAÇÕES EM PROCESSOS DE EXECUÇÃO. . . . .</b>	<b>161</b>
Execução de obrigação de fazer – petição inicial . . . . .	163
Execução de obrigação de não fazer – petição inicial . . . . .	167
Execução de multa – TAC extrajudicial – petição inicial . . . . .	172

Execução de multa – TAC homologado – petição inicial . . . . .	176
Execução de multa – Fazenda Pública – petição inicial . . . . .	180
Manifestação – prosseguimento de execução de multa – penhora . . .	184
Manifestação para prosseguimento de execução de obrigação de fazer ou não fazer – pedido de nomeação de gestor . . . . .	186